

Abono separa até aliados

Alguns políticos ligados ao Palácio do Planalto resolveram desobedecer a orientação do Governo para não perder os votos dos aposentados nas eleições que se aproximam. Os deputados Amaral Netto (RJ), líder do PDS, Konder Reis (PDS-SC), vice-líder do Governo, José Maria Eymael (SP), vice-líder do PDC e Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), aliado de Collor, apresentaram emendas à medida provisória 199, que substituiu a medida 193, da política salarial do Governo, garantindo aos aposentados e pensionistas o abono de Cr\$ 3 mil negado pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Amaral Netto justificou assim a sua emenda: "O Congresso Nacional não pode concordar com a não aplicação aos aposentados dos benefícios da medida provisória". Só os assalariados até Cr\$ 26 mil poderão ter o abono, conforme a iniciativa do Governo. A emenda de Konder Reis é idêntica à de Amaral Netto. José Maria Eymael e Luiz Roberto Ponte também apresentaram as mesmas justificativas.

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, outro tradicional aliado do Governo, anunciou que vai votar pela derrubada dos vetos do presidente Collor à lei salarial recentemente aprovada pelo Congresso. "É uma questão de coerência. Ajudei a aprovar a lei salarial. Quero vê-la em vigor", disse. Para Inocêncio, que vai presidir as sessões do esforço concentrado da Câmara que se inicia hoje, se o Congresso conseguir reunir um mínimo de 400 parlamentares na sessão secreta que vai apreciar os vetos de Collor, o Governo deverá ser derrotado.

Já o deputado José Lourenço (PFL/BA), favorável ao veto, preocupa-se com a ausência de articulação das lideranças governistas para fazer frente à mobilização das oposições. O destino do veto depende, essencialmente do comparecimento dos parlamentares.